

Educação no Brasil: Experiências, Desafios e Perspectivas 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Educação no Brasil: Experiências, Desafios e Perspectivas 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação no Brasil [recurso eletrônico] : experiências, desafios e perspectivas 3 / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Educação no Brasil. Experiências, Desafios e Perspectivas; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-666-9 DOI 10.22533/at.ed.669192709 1. Educação – Brasil – Pesquisa. 2. Prática de ensino. I. Guilherme, Willian Douglas. CDD 370.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

O livro “Educação no Brasil: Experiências, desafios e perspectivas” reúne 79 artigos de pesquisadores de diversos estados e instituições brasileiras. O objetivo em organizar este livro é o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios educacionais, sobretudo, das práticas educativas e da formação de continuada de professores.

A obra contém um conjunto de resultados de pesquisas e debates teórico-práticas que propõe contribuir com a educação em todos os níveis de ensino, sobretudo, assuntos relativos à interdisciplinaridade, matemática, arte, gênero, formação continuada e prática escolar.

Os 79 artigos que compõem esta obra foram agrupados em 3 Volumes distintos. Neste 3º e último Volume, são 20 artigos que debatem a Formação Continuada de Professores, fechando com 6 artigos em torno da temática Educação e Arte. No 1º Volume, são 14 artigos em torno da temática Gênero e Educação e 15 artigos sobre Interdisciplinaridade e no 2º Volume, são 25 artigos que debatem sobre a prática escolar em diversos níveis e espaços do processo educacional.

A obra é um convite a leitura e entregamos ao leitor, em primeira mão, este conjunto de conhecimento.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

PARTE 1 - FORMAÇÃO CONTINUADA

CAPÍTULO 1	1
DESAFIOS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL	
Edilma de Jesus Louzeiro Cruz	
Erisvan Sales Oliveira	
Raimunda Nonata da Silva Machado	
DOI 10.22533/at.ed.6691927091	
CAPÍTULO 2	11
A EXPRESSIVIDADE DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO - DESAFIOS DA PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO DOCENTE	
Regina Zanella Penteadó	
DOI 10.22533/at.ed.6691927092	
CAPÍTULO 3	24
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE NOVOS PROFESSORES DURANTE A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO	
Ana Luiza Sobrinha Silva Souza	
Emília Karla de Araújo Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.6691927093	
CAPÍTULO 4	36
A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA E À MODA DA POLÍTICA IDENTITÁRIA	
Emanuel Oliveira da Costa	
Emelinne Bezerra Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.6691927094	
CAPÍTULO 5	43
APROXIMAÇÕES ENTRE AS CIÊNCIAS NATURAIS E AS CIÊNCIAS HUMANAS BASEADAS NA BNCC: O LUGAR DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA ESCOLA	
Roberta Dall Agnese da Costa	
Ana Cláudia Reis de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6691927095	
CAPÍTULO 6	54
AS CONCEPÇÕES FORMATIVAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ	
Consolação Linhares de Carvalho Coelho	
Antonia de Abreu Sousa	
Amarílio Gonçalves Coelho Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.6691927096	

CAPÍTULO 7 64

ASPECTOS TEÓRICO-PRÁTICOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM PROMOÇÃO DA SAÚDE:
EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DA ENFERMAGEM

Antonia de Fátima Zanchetta Serradilha
Elza de Fátima Ribeiro Higa
Dircelene Jussara Sperandio
Marli Terezinha Casamassimo Duarte
Vera Lucia Pamplona Tonete

DOI 10.22533/at.ed.6691927097

CAPÍTULO 8 77

CONTRIBUIÇÕES DA REVISTA EDUCITEC PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
NO AMAZONAS

Wagner Gomes de Oliveira
Carolina Menandes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.6691927098

CAPÍTULO 9 88

“CRISE DA DOCÊNCIA” E SEUS REFLEXOS NA RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM

Izaque Pereira de Souza
Teresa Kazuko Teruya
Wellington Junior Jorge

DOI 10.22533/at.ed.6691927099

CAPÍTULO 10 98

DA TEORIA À PRÁTICA: UM OLHAR SOBRE AS VIVÊNCIAS EM UM ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Anderson Moisés Barbosa Souza Chagas

DOI 10.22533/at.ed.66919270910

CAPÍTULO 11 105

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA DOCÊNCIA: A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO
CONTINUADOS DOS PROFESSORES

Ludimar Pegoraro
Arã Paraguassu Ribeiro
Rodrigo Regert
Kleber Prado Filho
Patrícia de Deus e Silva
Rosana Rachinski D`Agostini
Marissol Aparecida Zamboni
Fátima Noely da Silva
Eliane Baldo Fantinel
Marcelo Ricardo Colaço

DOI 10.22533/at.ed.66919270911

CAPÍTULO 12 117

É POSSÍVEL DESENVOLVER COMPETÊNCIAS E HABILIDADES POR MEIO DE PRÁTICAS LÚDICAS? RELATO DE EXPERIÊNCIA E PERCEPÇÃO DISCENTE DO CURSO DE FARMÁCIA DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Lucila Ludmila Paula Gutierrez
Alexsandro Ferreira Guimarães
Camila Silva Martins
Ana Gabriela Pericolo Nunes
Ana Paula Oliveira Barbosa
Paula Pillar Pinto
Marilene Porawski

DOI 10.22533/at.ed.66919270912

CAPÍTULO 13 125

FORMAÇÃO ACADÊMICA: RECONSTRUÇÃO, RESSIGNIFICAÇÃO OU RESGATE?

Juliana Alvares Duarte Bonini Campos

DOI 10.22533/at.ed.66919270913

CAPÍTULO 14 133

HORA-ATIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O TEMPO/ESPAÇO DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Jessica Rautenberg
Rita Buzzi Rausch

DOI 10.22533/at.ed.66919270914

CAPÍTULO 15 141

O ALIMENTO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: DIÁLOGOS ENTRE A FORMAÇÃO DOCENTE, DISCENTE E COMUNIDADE

Terezinha Camargo Pompeo Vinha.
Marcia Reami Pechula

DOI 10.22533/at.ed.66919270915

CAPÍTULO 16 148

O DEBATE ACERCA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Cintya Roberta Oliveira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.66919270916

CAPÍTULO 17 157

O PARFOR E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE NO ÂMBITO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS BRASILEIRAS

Raul da Silveira Santos
Francisco Pereira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.66919270917

CAPÍTULO 18 168

O PROJETO INTEGRADOR COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO CURRÍCULO INTEGRADO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO IFPA

Robson de Sousa Feitosa
Vanderlei Antonio Stefanuto
Soraya Farias Aquino
Alessandra Ribeiro Duarte

DOI 10.22533/at.ed.66919270918

CAPÍTULO 19	181
OS NOVOS DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES HUMANISTAS PARA A FORMAÇÃO DO JURISTA	
Pedro Henrique Hermes	
DOI 10.22533/at.ed.66919270919	
CAPÍTULO 20	188
WORKSHOP DE ENSINO COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DOCENTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Fernanda Klein Marcondes	
Lais Tono Cardozo	
Kelly Cristina Gavião Luchi	
DOI 10.22533/at.ed.66919270920	
PARTE 2 - EDUCAÇÃO E ARTE	
CAPÍTULO 21	195
(DESCONSTRUINDO) ESTEREÓTIPOS: NARRATIVAS EM TORNO DO ENSINO DA ARTE	
Mikael Miziescki	
Marcelo Feldhaus	
DOI 10.22533/at.ed.66919270921	
CAPÍTULO 22	207
10 EDIÇÕES DO <i>ENCONTRO DE EDUCAÇÃO MUSICAL DO INSTITUTO DE ARTES DA UNICAMP</i> : O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE AS PUBLICAÇÕES GERADAS PELAS COMUNICAÇÕES ORAIS	
Paulo Roberto Prado Constantino	
DOI 10.22533/at.ed.66919270922	
CAPÍTULO 23	215
EDUCAÇÃO MUSICAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: O MATERIAL DIDÁTICO DE ACORDO COM OS PROFESSORES DE ARTE	
Aline Raquel Costa de Oliveira	
Cassiano de Almeida Barros	
Andreia Miranda Moraes do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.66919270923	
CAPÍTULO 24	223
ENSINO DE ARTES: FRONTEIRAS ENTRE CURRÍCULO E PESQUISA DOCENTE	
Christiane de Faria Pereira Arcuri	
Deise Marins Alcântara	
DOI 10.22533/at.ed.66919270924	
CAPÍTULO 25	234
MÚSICA E EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA BAKHTINIANA	
José Carlos Teixeira Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.66919270925	

CAPÍTULO 26	243
O MATERIAL DIDÁTICO PARA BANDAS DE MÚSICA: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES DE USO Fernando Vieira da Cruz DOI 10.22533/at.ed.66919270926	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	253
ÍNDICE REMISSIVO	254

EDUCAÇÃO MUSICAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: O MATERIAL DIDÁTICO DE ACORDO COM OS PROFESSORES DE ARTE

Aline Raquel Costa de Oliveira

UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba)

Piracicaba -São Paulo

alina_adb@yahoo.com.br

Cassiano de Almeida Barros

UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba)

Piracicaba - São Paulo

cassianobarros@hotmail.com

Andreia Miranda Moraes do Nascimento

UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba)

Piracicaba -São Paulo

chicobororo@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho apresenta resultados de uma pesquisa realizada com professores de Artes atuantes na rede estadual de ensino na cidade de Piracicaba/SP. Os objetivos foram compreender, a partir de uma revisão bibliográfica, o lugar da música no currículo escolar da Educação Básica, e conhecer, a partir da opinião de professores de Artes, o material didático fornecido pelo Governo do Estado de São Paulo para o ensino dessa disciplina, em particular da música, nas escolas de Educação Básica.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Musical. Arte. Material didático

MUSICAL EDUCATION IN PUBLIC SCHOOLS IN THE STATE OS SÃO PAULO: THE DIDACTIC MATERIAL ACCORDING TO TEACHERS OF ART

ABSTRACT: This paper presents results of a research carried out with Arts Teachers that work in the Sao Paulo State Educational System, in Piracicaba/SP. With semi-structured interviews, we sought to know their assessment of the didactic material supplied by the Government for the teaching of this course, and for the teaching of music in particular, in Basic Education schools. Furthermore, with a bibliographic review, we sought to understand the place and function of music in the school curriculum as well.

1 | BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO MUSICAL NO BRASIL NO SÉCULO XX

No período de 1920, um dos nomes mais importantes na área da educação musical no Brasil, Heitor Villa-Lobos (1887-1959), através de Anísio Teixeira, foi convidado a ser diretor do ensino artístico da capital federal, que na época era o Rio de Janeiro. Villa-Lobos introduziu nas escolas o canto orfeônico. “O ensino de canto orfeônico destinava-se a desenvolver no aluno a capacidade de aproveitar a música

como meio de renovação e de formação moral, intelectual e cívica” (FUCCI-AMATO, 2012, p. 42).

Para Villa-Lobos, a música era um direito de todos, e deveria ser acessível para a população e não somente para uma elite, e nem mesmo ser restringida a alguns talentos, uma vez que a música contribuía com a formação integral do ser humano (FONTERRADA, 2008). Pouco tempo depois, o movimento do canto orfeônico assumiu dimensão nacional, como parte do currículo escolar, conforme estabelece o decreto nº 24.794 de 14 de julho de 1934.

Villa-Lobos elaborou um material didático para o ensino de canto orfeônico nas escolas que incluía desde o falar cantando, como a leitura musical gradativa e solfejos até a formação de professores, sempre utilizando referências da cultura brasileira como o folclore, hinos pátrios e até mesmo músicas eruditas sacras e profanas (FUCCI-AMATO, 2012). Esse é um dos primeiros relatos da criação de material didático na área da educação musical feita no próprio país para as escolas regulares.

Em 1961, com a Lei n. 4.024 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o canto orfeônico, que já fazia parte da grade curricular, foi substituído pela disciplina “Educação Musical”, porém, essa nova disciplina continuava sendo ministrada pelos mesmos professores de canto orfeônico, o que, na prática, representava a continuação do sistema criado por Villa-Lobos.

Em 1971, com a Lei n. 5.692, que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, a disciplina Educação Musical e seus conteúdos são incorporados pela disciplina Educação Artística, resultando na perda de espaço da Educação Musical nas escolas de Educação Básica (FONTERRADA, 2008).

Foi em 1996 que a Educação Artística passa a ser denominada como Arte no currículo da Educação Básica, com a Lei LDB n. 9.394/96. Nela, não há especificações sobre o ensino musical nas escolas. Figueiredo (2005), ao analisar as LDBs e os PCNs, considera que os sistemas educacionais não são preparados e não dão importância para o ensino de arte, conseqüentemente, também não para o ensino da música.

A atualização da LDB de 1996 realizada por meio da lei n. 11.769/08 estabelece a obrigatoriedade do ensino de música na Educação Básica, na medida em que a consolidou como conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, da disciplina Arte. A atualização mais recente da LDB 9.394/96, promovida pela lei 13.415/17, estabelece em seu art. 26 §2º que “o ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica” (BRASIL, 2017). De forma complementar, a lei 13.278/16 estabelece no § 6º do art. 26 da LDB que “as artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo”.

A forma como a disciplina Arte é vista não passa de um reflexo do que o mundo tem dado importância e valor hoje em dia ao saber e às técnicas, e vê a arte como

uma forma de entretenimento. Uma mudança da Lei n. 5.692/71 fez com que a arte passasse de uma simples atividade para uma disciplina, isso já podemos considerar que arte passou a ser considerada um campo de conhecimento como as demais disciplinas, mas ainda há muito campo a ser desbravado no meio educacional brasileiro (FONTERRADA, 2008).

2 | REFERENCIAIS DO MATERIAL DIDÁTICO

Atualmente, é disponibilizado para a Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo, pela Secretaria da Educação, um material didático desenvolvido pelo programa “São Paulo Faz Escola”, que visa a trazer orientações didático-pedagógicas e tem como base o Currículo Oficial do Estado de São Paulo. Esse material pode ser um complemento para a matriz curricular, e é conhecido pelos docentes e discentes como Apostilas, ou Cadernos, que trazem como proposta “consolidar a articulação do currículo proposto com aquele em ação nas salas de aula de todo o Estado de São Paulo” (SÃO PAULO, 2014, p.3).

Por se tratar de um material de apoio, as atividades propostas podem ser complementadas por outras atividades se o professor achar necessário ou pertinente, levando em consideração a realidade de sua unidade escolar e de seus alunos. O caderno também visa a apoiar os professores em seus planejamentos de aulas em cada disciplina para explorar e obter nos alunos o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a construção do saber e a apropriação dos conteúdos de cada disciplina e, por fim, buscar melhorar a qualidade do fazer pedagógico (SÃO PAULO, 2014, p.3).

Disponibilizado para os anos finais do Ensino Fundamental e os três anos do Ensino Médio, esse material é composto pelo caderno do aluno e pelo caderno do professor, ambos organizados por volumes e por disciplina em cada ano. No material do professor, estão contidas orientações para preparação de aulas e o desenvolvimento de atividades. Já o material do aluno segue a mesma ordem dos conteúdos proposta no material do professor e contém exercícios e espaços para o registro das atividades propostas no caderno do professor (SÃO PAULO, 2014).

3 | O MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO DA MÚSICA CONFORME A OPINIÃO DOS PROFESSORES DE ARTE

Os dados apresentados a seguir foram obtidos a partir de uma pesquisa de campo, que consistiu na realização de duas entrevistas com dois professores atuantes como professores de Arte em escolas da Rede Pública Estadual na cidade de Piracicaba/SP. Essas entrevistas foram semiestruturadas e conduzidas a partir de um roteiro pré-estabelecido. A fim de preservar seu anonimato e evitar a identificação

de suas opiniões e respostas a respeito das questões apresentadas, os professores entrevistados foram designados pelas letras A e B, como segue.

O professor A é licenciado em Educação Artística, com habilitação em Artes Cênicas, e em Pedagogia. O professor B é licenciado em Música. Ambos se declararam usuários do Caderno de Artes (o do professor e o do aluno), disponibilizado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. O professor A tem mais de vinte e nove anos de experiência profissional na docência na Educação Básica e utiliza esse material desde sua implantação, em 2008. O professor B tem cinco anos de experiência profissional na docência na Educação Básica e faz uso desse material didático ao longo de todo esse tempo. Ambos utilizam esses cadernos em suas aulas, do sexto ano do Ensino Fundamental até o terceiro ano do Ensino Médio.

Quando perguntados sobre como avaliam a abordagem dos conteúdos relativos à sua área de formação, o professor A enfatiza a necessidade de se ampliar o conteúdo dos cadernos por meio de material e atividades complementares. O professor B, por sua vez, expressou também a necessidade de fazer uso de material complementar, além daquele que a apostila apresenta em relação ao conteúdo próprio à área de formação, mas busca ater-se ao que é indicado nos cadernos pelo fato dele ter muitas turmas de alunos com que trabalhar. Ele acredita ser difícil realizar atividades muito diversificadas com cada turma de alunos, em função de suas condições de trabalho. Acrescenta que “quando você tem muita turma fica difícil você ficar implementando coisas muito diversificadas entendeu, dentro do tempo que se tem para trabalhar...”

O professor A relatou que: “...quando é teatro, tem que sair dali [dos Cadernos], buscar outras alternativas de textos dramáticos e assim vai, ele é como uma prévia do assunto”. Nesse sentido, para ambos, os Cadernos não contêm todo o material que é necessário para abordagem dos conteúdos propostos. Na realidade, eles acabam sendo um guia para se trabalhar a arte de uma maneira que siga a grade curricular obrigatória.

O professor B, com formação musical, diz que um dos conteúdos relativos à sua área de formação que é muito abordado nesse material é a paisagem sonora, baseada nos conceitos de Murray Schafer (1933-). Em relação ao material, o professor comenta que:

Tem essa área do Murray Schafer que fala de educação sonora né. Tem que ser crítico do que eu estou ouvindo independente se é música ou não, e que qualquer som pode ser música, entendeu? Então, isso a gente trabalha todo momento na apostila, mas fica muito vago, entendeu? Eu acho que não é um caminho claro, não tem um caminho claro, lógico.

Segundo o Professor B, a música brasileira também é bastante explorada, especialmente o repertório de Djavan, Tom Jobim e Chico Buarque. Ele acredita que quem elaborou os conteúdos dos cadernos relativos à música não possui formação nessa área específica, pois esses conteúdos são abordados mais como um meio para a promoção do aprendizado de outras coisas do que como um fim em si mesmo.

Além disso, acredita que a maneira multidimensional com que os conteúdos são abordados, integrando as diferentes linguagens artísticas, não permite a construção de uma compreensão mais profunda do que é a música; não há nesse material uma abordagem que permita ao aluno uma formação adequada em qualquer linguagem específica, pois constata que, na maioria das vezes, os conteúdos são abordados de maneira superficial.

Ainda que se constate uma diferença significativa nas práticas pedagógicas desses professores, por aquilo que foi acima exposto, destacamos uma similaridade: ambos os professores dizem encontrar dificuldade em reconhecer a linha de raciocínio que orienta a organização, condução e progressão dos conteúdos apresentados pelos cadernos. Além disso, enfatizam que as unidades temáticas são muito fragmentadas e não guardam relação direta entre si. Por essa razão, entendem que o uso dos cadernos gera uma grande demanda de trabalho extraclasse, a fim de superar aquilo que eles reconhecem como inconsistências próprias do material didático.

Quando perguntados sobre como avaliam a abordagem de conteúdos relativos às áreas de formação distintas daquela de sua formação inicial, o professor A, com formação em teatro, diz a respeito do conteúdo relativo à música que:

No caso do caderno não tem em si a parte básica da música. Não tem. Ele vai direto para música contemporânea, para a percussão corporal, (...) geralmente eu tenho que dar os parâmetros da música, tem que começar lá do B A BA, para poder chegar no que o caderno pede. Então às vezes o caderno atrasa, devido a essas interferências que a gente tem que fazer. É isso.

Em relação aos conteúdos que são relacionados a outras áreas, diferente da formação dos professores entrevistados, o professor A relata ocorrer o mesmo processo, os cadernos não trazem as explicações ou caminhos para se abordar os conteúdos indicados. Então o professor precisa procurar em outras fontes e de outras formas para trazer um material que complemente o que os cadernos indicam. Ele também acrescenta que não toca nenhum instrumento musical, mas possui alguns conhecimentos musicais construídos na vivência teatral que teve em sua vida e formação. O professor B diz que, no caso dos conteúdos diferentes de sua área de formação, como no caso das “artes visuais, [que] já é diferente de música, da forma como é trabalhada”. Ele acredita que as artes visuais são abordadas de maneira mais objetiva: “é trabalhada a questão de luz e sombra e tridimensionalidade, ponto de fuga, perspectiva...”, que dão ao aluno melhores condições de elaborar e construir os conhecimentos necessários para um bom aproveitamento dos estudos. Ele explica ainda que os conteúdos de outras áreas, tais como o teatro e a dança, a exemplo da música, também são tratados nos cadernos de maneira pouco clara e fragmentada, o que dificulta a atuação do docente sem formação específica nessas linguagens.

Uma das coisas que o professor B destacou é a dificuldade em se implementar a metodologia proposta nos cadernos, especialmente quando uma linguagem artística é utilizada como meio para se ensinar outra. Nesses casos, ele observa

uma dificuldade dos alunos em compreender e alcançar os objetivos propostos. Ele mesmo relata, em relação a uma música do compositor brasileiro Heitor Villa-Lobos, “Melodia da montanha”, sobre a qual o caderno indica uma atividade. O professor diz que

Eles pegam uma peça musical para trabalhar arte visual. Aí fica uma bagunça de saber, (...) ele está trabalhando quem é Villa Lobos? Ele não sabe o que é Villa Lobos também, entendeu? Então daí não te orienta nada assim, não tem nada, tipo, ó, agora você vai falar, fazer uma pesquisa sobre Villa Lobos; apresenta as peças de Villa Lobos para saber de que período ele faz parte, para o aluno isso tudo aí é novo, entendeu? Ele tem que imaginar o que o aluno vê.

Em relação à oportunidade que os cadernos dão aos alunos para desenvolverem as habilidades envolvidas no processo ativo de aprendizagem, o professor A diz que o aluno que estuda música na escola com os cadernos não irá sair de lá incentivado a estudar um instrumento, por exemplo, com o material que os cadernos apresentam, pois segundo o professor, o material não o incentiva a isso, a continuar o estudo musical fora da escola, mas ressalta que nenhum material seria dessa forma, completando que:

Não adianta. A Arte, ela depende da consciência de cada um. Então, não vou colocar a culpa no caderno de que o aluno não vai procurar além. É por causa do caderno ser deficitário? Não é. Está mais com o professor de estimular o aluno a tal ponto que ele vá procurar fora dali.

Mesmo o professor A acreditando que a Arte dependa da consciência de cada um, ressalta que em certa medida os cadernos são sim deficitários. O professor A relatou ainda na entrevista que em um dos anos letivos, em determinada escola, onde ele mais se identificou com os alunos e os alunos com ele, ele pode organizar um festival de música na escola, envolvendo toda a escola, mas a parte da organização se deu pelos alunos do segundo ano do Ensino Médio, quando o conteúdo abordado nos cadernos era o festival de música. A partir daí, foram trabalhados vários festivais importantes, tanto nacionais como internacionais, tais como Rock in Rio, Festival da Canção e Woodstock. O festival produzido na escola foi registrado com filmagens e fotos e houve também prêmios, como uma gravação em um estúdio do qual o professor teve apoio, mas comenta que:

Foi a única vez, nunca mais. Que os alunos eram do Ensino Médio, a maioria da sala tinha banda, coisa incrível de acontecer né? Os alunos já tinham interesses próprios, já tinham bandas fora, já eram músicos de outras bandas, tocavam nas igrejas né, então juntando tudo isso deu vinte bandas na escola. Vinte! Foi muita banda. Três anos de sucesso do festival, fizemos tudo que vocês imaginam.

Após os três anos de sucesso dos festivais que organizou junto com os alunos dessa escola, esse evento foi interrompido pela direção, que argumentou que o festival acabava gerando muita bagunça na escola.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de pesquisa bibliográfica, compreendemos que a sucessão de ações políticas divergentes, materializadas em leis diversas relativas ao ensino da música e das artes na Educação Básica contribuíram efetivamente para a escassez e fragilização da Educação Musical nas escolas da rede pública do Estado. Consideramos que, caso as ações governamentais relativas à Educação respondessem à uma política de Estado para a área, ela estaria menos susceptível às inclinações pessoais ou partidárias, seria mais regular e perene, poderia estar mais articulada e integrada nos diferentes âmbitos, federal, estadual e municipal, e melhor implementada.

Uma das coisas que relacionamos ao enfraquecimento da linguagem musical nas salas de aula é justamente o fato de a música não ser trabalhada como uma disciplina específica, mas como uma das linguagens que envolvem o campo das Artes. Considerando que esse campo abarca quatro linguagens artísticas, a saber, música, dança, artes plásticas e teatro; que os professores atuantes nesse campo possuem formação específica, em sua maioria, em apenas uma dessas linguagens; que esses profissionais são responsáveis por lecionar as quatro linguagens artísticas no contexto do ensino das Artes na Educação Básica; que poucos docentes nesse contexto possuem formação específica em música e que, por essa razão, essa linguagem é uma das menos abordadas no ensino das Artes.

Com relação às entrevistas, um fato que se nota interessante é que ambos os professores entrevistados sugerem ou demonstram em suas falas a respeito das quatro linguagens serem trabalhadas de forma conjunta e interligadas em uma única disciplina. Nesse sentido, o professor tem que trabalhar de forma polivalente para atender o que o currículo de Artes pede. Com isso notamos que o material utilizado por eles se torna ineficiente, pois as diferentes linguagens não são tratadas com o mesmo aprofundamento necessário a cada uma delas. A partir daí, encontramos na fala dos professores entrevistados certo descontentamento de como são estruturados os Cadernos tanto do Aluno quanto do Professor. Os professores e também a escola em si, personalizada na figura de seus gestores, conforme atestam os entrevistados, buscam nos Cadernos algo semelhante àquilo que encontram nos livros didáticos, a saber, a exposição de conteúdos e indicação de atividades, tarefas e estratégias de ensino, expostos como numa “receita”, que viabilize a realização das aulas, o que não ocorre nesse material disponível pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. A estrutura desse material se difere de um livro didático, tanto que não possui parâmetros para seu desenvolvimento como é feito nos livros didáticos. O fato é que os Cadernos oferecidos pela rede estadual paulista não foram pensados como portadores de receitas, mas apenas como material de apoio. Tudo depende do contexto em que ele é utilizado.

Outro fato notado durante a pesquisa e a entrevista é o da disciplina ser polivalente com quatro linguagens diferentes e os professores terem que dar conta

dos conteúdos em todas as áreas. Os professores que são formados em uma única linguagem como, por exemplo, música, tem que aplicar os conteúdos referente as quatro linguagens, e com isso encontram dificuldades para aplicar as aulas referentes as formações diferentes da sua pois em sua formação não contemplaram essas outras linguagens de forma concreta ou aprofundada.

Em relação às condições de trabalho, os professores sentem-se muito prejudicados, pois as atividades propostas tanto nos Cadernos como atividades extras necessitam de materiais na maioria das vezes não disponibilizadas pela Secretaria de Educação e nem mesmo pelas escolas, que alegam não ter verba para compra de materiais desse tipo. Outro fato é as condições de trabalho a que os professores são submetidos, dupla ou tripla jornadas de trabalho, a lotação das salas de aulas que dificulta o trabalho dos professores, sem deixar de mencionar a dificuldade de se lidar com os alunos, tendo muitos desgastes nas aulas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei 11.769 de 18 de agosto de 2008**. Altera a Lei n. 9.394/96, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica. Brasília: Presidência da República, 2008.

BRASIL. **Lei 13.278/16 de 02 de maio de 2016**. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Brasília: Presidência da República, 2016.

BRASIL. **Lei 13.415/17 de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, (...). Brasília: Presidência da República, 2016.

FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira de. Educação musical nos anos iniciais da escola: Identidade e políticas educacionais. **Revista da Abem**, Porto Alegre, vol. 12, 2005.

FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **De tramas e fios: um ensaio sobre a música e educação**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, Rio de Janeiro: Funarte, 2008.

FUCCI-AMATO, Rita. **Escola e educação musical: (Des)caminhos históricos e horizontes**. Campinas: Papyrus, 2012.

Material de apoio ao currículo do Estado de São Paulo: caderno do professor, arte, ensino fundamental – anos finais 5ª série/ 6º ano/ Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini, equipe, Geraldo de Oliveira Suzigan, Gisa Piscosque, Jéssica Makino, Mirim Celeste Martins, Sayonara Pereira – São Paulo: SE, 2014.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME: Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso ao ensino superior 148
Ações afirmativas 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165
Alimentação escolar 6, 141, 144, 145, 146, 147

B

BNCC 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 223, 226, 227, 228, 231, 233

C

Carreira 70, 79, 93, 113, 119, 125, 126, 127, 128, 129, 153, 156, 182, 184, 185
Ciência 40, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 60, 79, 82, 83, 85, 87, 111, 119, 124, 125, 126, 129, 132, 168, 169, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 214
Ciências humanas 24, 37, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 124, 206
Ciências naturais 43, 44, 50, 51, 164
Classe social 36, 37, 40, 56, 101
Conhecimento científico 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 59, 68, 87, 93
Crise 40, 88, 89, 90, 155, 181, 182, 184, 186, 212, 238, 241
Crise docente 88, 89, 90
Currículo integrado 59, 61, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179

D

Desconstrução 37, 39, 195, 197, 202
Direito 9, 47, 57, 80, 115, 125, 134, 135, 141, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 159, 163, 166, 172, 181, 182, 183, 184, 186, 189, 216
Direito à educação 9, 80, 115, 148, 149, 151
Docente 11, 12, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 31, 32, 43, 70, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 114, 115, 118, 124, 133, 134, 140, 141, 157, 162, 164, 188, 189, 192, 194, 210, 219, 223, 224, 225, 226, 229, 230, 231
Documentos do IFPA 168

E

Educação infantil 24, 25, 26, 29, 30, 34, 35, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 159, 196, 201, 204, 205
Educação musical 98, 99, 100, 101, 102, 104, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 221, 222, 252
Educação profissional 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 115, 152, 169, 171, 176, 179, 210
Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas 77, 79
Educação superior 11, 17, 21, 78, 79, 80, 87, 95, 106, 147, 154, 159, 183, 186

EJA 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156

Enfermagem 16, 17, 18, 19, 22, 23, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 74, 75, 76, 124

Ensino 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 33, 34, 35, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 129, 130, 133, 134, 136, 139, 140, 141, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 157, 159, 160, 162, 164, 165, 167, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 210, 212, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251

Ensino aprendizagem 5, 88, 110, 123

Ensino de arte 195, 205, 206, 216, 233

Ensino superior 11, 12, 14, 17, 18, 20, 35, 81, 90, 94, 96, 97, 113, 116, 120, 122, 124, 126, 148, 150, 157, 159, 160, 162, 164, 165, 181, 182, 183, 185, 186, 194, 210, 212

Estágio supervisionado 23, 24, 27, 28, 30, 34, 35, 98, 99, 100, 101, 103, 210

Estereótipos 158, 184, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206

Expressividade 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 119

F

Formação acadêmica 81, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132

Formação continuada 33, 86, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 146, 148, 155, 188, 189, 194

Formação de professores 11, 13, 20, 22, 27, 33, 51, 52, 98, 104, 114, 115, 116, 133, 140, 147, 148, 157, 158, 159, 160, 162, 165, 188, 205, 209, 211, 216, 226

Formação integral 4, 54, 60, 61, 62, 128, 176, 179, 216

Formação profissional 23, 58, 64, 70, 71, 72, 109, 112, 116, 123, 152, 156, 162, 172, 177

G

Gestão administrativa financeira 1

Gestão compartilhada 1, 5, 8, 9, 10

H

Hora-atividade 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

I

Identidade 9, 10, 20, 21, 22, 30, 31, 35, 36, 41, 94, 97, 112, 119, 131, 179, 181, 184, 185, 186, 222, 225, 228, 229, 232, 242

Integração curricular 54, 60, 61, 62, 176

M

Metodologias ativas de ensino 120, 188

O

Ontopsicologia 181, 182, 184, 185, 186, 187

P

Pedagogia universitária 11, 14, 20, 21, 115, 141, 194

Políticas públicas 61, 65, 70, 78, 79, 81, 82, 84, 86, 94, 148, 150, 156, 157, 159, 161, 162, 163, 165, 209, 212, 242

Pós-modernidade 36

Professor 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 48, 49, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 124, 125, 134, 136, 147, 149, 160, 163, 166, 170, 182, 183, 195, 196, 197, 199, 201, 203, 204, 206, 210, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 226, 228, 232, 236, 240, 246, 247, 250, 253

Projeto integrador 168, 169, 175, 176, 177

Promoção da saúde 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 147

Publicação científica 77, 81, 83

R

Regulamentações 141

T

Trabalho docente 11, 12, 18, 20, 21, 94, 112, 133, 140

U

Universidade 2, 11, 22, 24, 29, 33, 34, 35, 36, 41, 43, 54, 64, 87, 88, 91, 96, 98, 103, 105, 107, 110, 112, 117, 119, 120, 124, 125, 133, 140, 141, 148, 153, 155, 157, 162, 167, 179, 183, 194, 195, 197, 204, 205, 206, 209, 212, 213, 215, 223, 224, 239, 243, 253

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-666-9

